



O Jornal diário dos
Ancepianos
18 de dezembro - 12 horas

PROGRAMAÇÃO 2019 COMEÇA QUENTE COM 10 EVENTOS EM JANEIRO E ESPAÇO PARA APRESENTAÇÃO SOBRE CNPJ POR PLANO



A programação de eventos 2019 da ANCEP começará quente em janeiro. Já no primeiro mês do ano serão nada menos de 10 seminários, oferecendo com isso uma base de orientações seguras quanto ao encerramento do exercício, mas não apenas isso. Oferecerão também oportunidades imperdíveis para um melhor entendimento da nova norma que permite aos planos terem o seu próprio CNPJ, uma nova regra criada para lhes assegurar maior segurança jurídica.

A Abrapp, provavelmente o seu Presidente, Luís Ricardo Marcondes Martins, terá um espaço nos eventos para apresentar a nova regra e seus benefícios. Afinal, trata-se de uma iniciativa de forte impacto positivo para o nosso sistema e não só merece como precisa ser divulgada da forma mais ampla.

A programação do **Seminário Procedimentos e Controles no Encerramento das Demonstrações Contábeis do Exercício 2018 das EFPCs** terá início e se encerrará dentro do mês de janeiro, com um total de 10 eventos, a saber: **Rio de Janeiro** (14), **Salvador** (15), **São Paulo** (17), **Recife** (18), **Brasília** (21); **Vitória** (22). **Belo Horizonte** (23), **Curitiba** (25), **Florianópolis** (28) e **Porto Alegre** (29).

Evento em São Paulo na quinta-feira vai juntar o melhor de 2 seminários

Vai acontecer na próxima quinta-feira (20), em São Paulo, a segunda apresentação de um seminário que irá reunir o melhor dos seminários **EDF-REINF: Instrução Normativa RFB 1767/2017** e **eSocial-Melhores Práticas Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais**. A primeira aconteceu no último dia 10 em Brasília.

O novo evento do dia 20 em São Paulo, vem cercado da confiança que as programações de treinamento da ANCEP inspiram, exatamente por tratar-se de uma Associação de contabilistas de entidades de previdência que atua com a marca da especialização. Os seminários que realiza reúne vários dos maiores especialistas na matéria, todos muito conscientes de que os profissionais buscam uma cada vez maior qualificação.

Confiança que não se alimenta só da qualidade dos quadros profissionais mobilizados pela ANCEP, lembra o Presidente Roque Muniz, mas também da oportunidade dos temas abordados. Afinal, essa está sendo a melhor hora para o esclarecimento das dúvidas que ainda perduram sobre a temática que envolve o EDF-Reinf e a Instrução Normativa 1767 da Receita.

O coração do programa está nas orientações que são fornecidas sobre o mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) denominado de Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD-Reinf): Legislação; Vigência: Novo cronograma de Implantação oficial instituído pela Instrução Normativa RFB nº 1767/2017; Retenção de INSS nos Serviços Tomados/Prestados mediante cessão de mão de obra e empreitada.; Retenções na Fonte Pagadora (IR-CSLL-COFINS-PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados e pessoas físicas e jurídicas.; Eventos de Fechamento e Reabertura da EFD-Reinf e Efeito na DCTF - WEB.

Quanto ao e-social, o evento chega no momento em que os ancepianos mais precisam ser melhor orientados. Os contadores estão recebendo toda a orientação de que precisam em relação ao assunto, em especial objetivos e conceitos envolvidos, legislação,

tabelas obrigatórias, prazo de envio, reflexos e benefícios, geração de informações e tudo mais que for necessário saber a respeito. No comando está um dos maiores especialistas, Edgar da Silva Grassi, Diretor de Administração e Seguridade da CBS Previdência e conselheiro da ANCEP.

Para se inscrever busque www.ancep.org.br

Fipe: proposta de reforma da Previdência será levada hoje ao Gabinete de Transição

A Fipe, Abrapp, ICSS FenaPrevi e CNSeg protocolam hoje cedo no Gabinete de Transição do governo Jair Bolsonaro uma proposta de reforma da Previdência. Ao dar a notícia, o **SITE ARENA DO PAVINI** informa que ela foi coordenada por Hélio Zylbertsjan, professor sênior da faculdade de Economia da USP e pesquisador da Fipe, e foi apresentada em vários seminários ao longo deste ano.

A reforma prevê três níveis de previdência, um básico, para todos os trabalhadores, de valor mais baixo, um com contribuição obrigatória dos trabalhadores para fundos de previdência e um optativo, para os que ganharem mais e puderem aplicar livremente em fundos de previdência privada. Os dois últimos sistemas seriam de capitalização, ou seja, o trabalhador recebe apenas o que conseguiu guardar durante a vida.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também mudaria e passaria a ser administrado pelo trabalhador, que escolheria onde aplicar o dinheiro, com fundos especializados. Mas o dinheiro só poderia ser sacado na aposentadoria ou no caso de demissão, como um seguro desemprego.

Petros aprova novo plano

O conselho deliberativo da Petros aprovou nesta segunda a criação de um novo plano de contribuição definida (CD) em substituição ao PPSP, de benefício definido (BD) e que tem um déficit de quase R\$ 28 bilhões a ser equacionado, apurou o **VALOR ECONÔMICO**.

A adesão ao novo plano será voluntária. Hoje, os participantes fazem contribuições extraordinárias para sanear um déficit de R\$ 27,7 bilhões. Com expectativa de novo rombo em 2018, a tendência é que um novo programa de equacionamento seja colocado em prática.

Este ano, o PPSP foi cindido em dois planos independentes. Assim, patrimônio, compromissos futuros e provisionamentos de recursos para pagamento de despesas judiciais, por exemplo, foram divididos de acordo com aspectos específicos de cada grupo, incluindo o número de participantes. Após a divisão, o PPSP-Repactuados (PPSP-R) passou a reunir os participantes ativos, aposentados e pensionistas que aceitaram mudar as regras de correção do benefício pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nele, o déficit apenas de 2018 até setembro é de quase R\$ 5 bilhões. Já o PPSP-Não Repactuados (PPSP-NR) ficou entre os que preferiram manter o benefício vinculado aos reajustes de salário dos trabalhadores da ativa da Petrobras e demais patrocinadoras do plano. O resultado negativo em 2018 até setembro chega a R\$ 3 bilhões.

Não é a primeira vez que a Petrobras tenta essa mudança. No início dos anos 2000, a estatal propôs a migração semelhante do plano BD para o chamado Plano Petrobras Vida (PPV), também de contribuição definida. A medida foi barrada na Justiça após ação da Federação Única dos Petroleiros (FUP). O entendimento da Petrobras é que agora essa medida não teria os mesmos entraves, já que o entendimento da Justiça sobre o tema é diferente. Participantes da fundação, entretanto, veem desvantagens pelo fato de o plano CD não ser vitalício, e com redução de benefícios dos participantes e assistidos. Além disso as dívidas da patrocinadora com a fundação não deveriam ser contabilizadas neste déficit, questionam. Há um entendimento de advogados que representam participantes de que a empresa deveria recompor as reservas matemáticas decorrentes de políticas salariais adotadas no passado.

Previdência municipal: SP pode amenizar sua proposta

A gestão do prefeito paulistano Bruno Covas estuda abrandar seu projeto de reforma da previdência dos servidores municipais, prioridade de sua administração e que deve ser votada na Câmara Municipal de São Paulo em dois turnos ainda em 2018, noticia a **FOLHA DE S. PAULO**,

A ideia agora é manter a alta da alíquota dos servidores de 11% para 14%, assim como a implementação de um sistema de previdência complementar para quem ganha acima do teto de aposentadoria (R\$ 5.531,31) do INSS, diz o jornal sem deixar claro, porém, do que o prefeito poderá abrir mão.

Os defensores do abrandamento da reforma dizem que a capitalização apresentou problemas em municípios como Campinas e Porto Alegre — incluindo um custo alto de transição e acúmulo de recursos que, na prática, não podem ser usados para outras finalidades, só reservados às aposentadorias futuras.

Por outro lado, informa o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL** que o município de Jales (SP) firmou convênio de adesão ao plano multipatrocinado da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-Prevcom). De acordo com comunicado da entidade, o documento foi assinado durante encontro entre o prefeito Flávio Prandi Franco e o presidente da fundação, Carlos Henrique Flory, e encaminhado na semana passada para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).